

**SUMÁRIO
EXECUTIVO**

**RETRATOS
SOCIAIS DF
2021
MULHERES**

"MULHERES E DESIGUALDADES DE GÊNERO EM TEMPOS DE PANDEMIA"

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta o perfil sociodemográfico das mulheres do Distrito Federal (DF) a partir de dados da PDAD 2021 e sob a perspectiva das desigualdades de gênero e do conceito de feminização da pobreza[1]. O estudo descreve e analisa as principais características das mulheres cis e trans do DF, sua responsabilidade domiciliar, participação em atividades de trabalho remunerado/não remunerado, o grau de segurança alimentar e nutricional ao qual se encontram submetidas e compara os indicadores com os dos homens.

METODOLOGIA

- 1 Este estudo utilizou dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021;
- 2 Os resultados se referem a todo o Distrito Federal e são desagregados por regiões administrativas e/ou pelo critério Brasil;
- 3 O Critério Brasil é um classificador para a estratificação socioeconômica da sociedade brasileira[2].

A Tabela 1 apresenta as rendas domiciliares mensais médias por estrato do Critério Brasil:

[1] Ver Diane Pearce. The feminization of poverty: women, work and welfare. Urban and Social Change Review, p. 28-36, 1978.

[2] A metodologia de desenvolvimento do Critério Brasil está descrita no livro Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil dos professores Wagner Kamakura (Rice University) e José Afonso Mazzon (FEA /USP), baseado na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE.

Tabela 01 – Renda domiciliar mensal média segundo os estratos socioeconômicos do Critério Brasil. Distrito Federal, 2021.

ESTRATO SOCIOECONÔMICO	RENDA DOMICILIAR MENSAL MÉDIA
Classe A	24878,22
Classe B1	16549,83
Classe B2	9906,25
Classe C1	6058,80
Classe C2	3026,78
Classe DE	1870,50
TOTAL	6868,13

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

4 O estudo subdivide a população feminina e masculina da seguinte maneira: mulheres (cisgêneras e transgêneras) e homens (cisgêneros e transgêneros), respeitando e reconhecendo a sua autoidentificação de gênero[3].

[3] A pergunta sobre o gênero no questionário da PDAD 2021 era aberta, isto é, não dava para a pessoa respondente opções de respostas previamente estabelecidas para além de “Recusa” e “Não sabe”. A pessoa respondente tinha total liberdade de resposta. Foram categorizadas e reconhecidas como “mulheres” apenas as pessoas que responderam “mulher”, “mulher trans” e “feminino”. De igual modo, foram categorizadas e reconhecidas como “homens” apenas as pessoas que responderam “homem”, “homem trans” e “masculino”. Ao decorrer deste sumário, elas serão tratadas como “mulheres” e “homens”. Também houve respostas de pessoas que se identificaram enquanto “travesti”, “transgênero”, “trans” e “transexual”, porém sem alusão conjunta à identidade feminina ou de mulher e masculina ou de homem. Por essa razão, elas não foram categorizadas como mulheres, tampouco como homens. Reconhece-se que existem mulheres transexuais e travestis que reivindicam a identidade feminina. Contudo optou-se pelo respeito à autopercepção de gênero que, por vezes, pode vir a negar a binaridade pressuposta no enquadramento feminino e masculino (DEMBROFF, 2020).

PRINCIPAIS RESULTADOS



PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

- Em 2021, residiam **1.568.114 mulheres** no Distrito Federal, **52,2 % da população total** (3.010.881).
- A proporção de **mulheres negras era de 57,4%** e seguia a proporção da população negra geral do DF (57,3%).
- **As mulheres brancas** predominam nas classes de renda mais altas. Na classe A, a proporção de mulheres brancas é de **68%**. Elas são 57,3% no estrato Essa proporção diminui consideravelmente a partir do estrato C1 até o **estrato de renda DE**, no qual **70,6% das mulheres são negras**.
- A maioria das **mulheres** do DF **convive com cônjuge ou companheiro(a) (52 %)**.
- A maior proporção de **mulheres casadas** se encontra nos estratos de renda mais alta, **cerca de 57% nas classes A e B1. No estrato DE, a maior parte das mulheres é solteira (52,9%)**.
- De uma maneira geral, **as mulheres são a maior parte da população de 65 anos ou mais**. Quando analisada por estrato socioeconômico, **a população mais longeva do DF, tanto de homens como de mulheres, se encontra nas classes mais altas**.



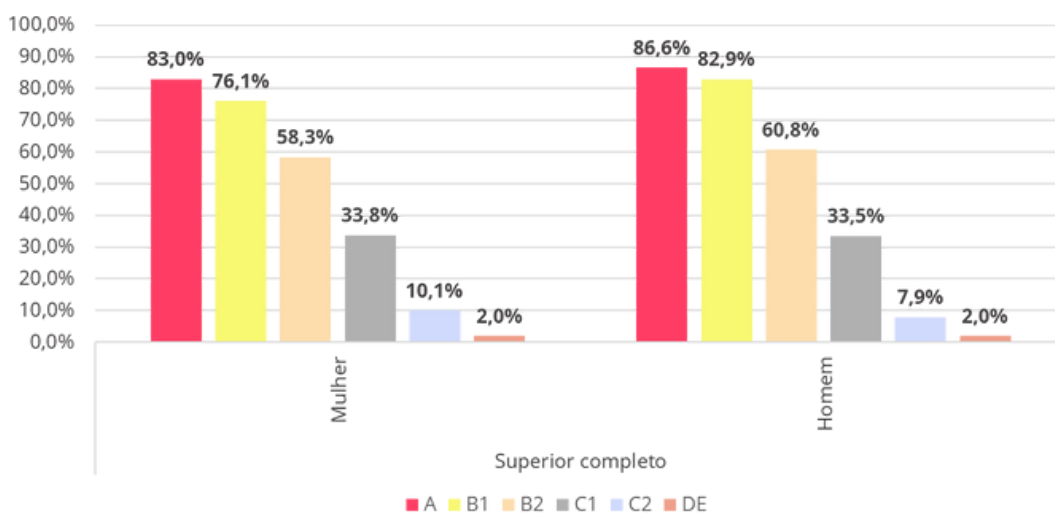
EDUCAÇÃO

- **As meninas e mulheres do DF têm, em média, maior frequência escolar se comparadas aos meninos e homens**, com exceção das meninas de zero a três anos e de quatro a cinco anos.
- Entre a população de 25 anos ou mais, **as mulheres são, em geral, mais escolarizadas do que os homens**.
- A proporção de homens em estratos de renda mais elevados (A e B1) é superior se comparado com mulheres. **Já nas classes mais baixas, essa proporção cai para 7,9% dos homens e 10,1% das mulheres da classe C2 e não passa de 2% entre homens e mulheres do estrato DE**.



- **As RAs** com maior proporção de mulheres com ensino superior completo são Lago Sul (86,9%), Sudoeste/Octogonal (86,8%) e Park Way (82,9%). As RAs **com menor proporção são SCIA-Estrutural (4,5%), Sol Nascente/Pôr do Sol (8,5%) e Fercal (8,9%).**

Gráfico 1 - Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais com ensino superior completo, por gênero e Critério Brasil. DF, 2021.



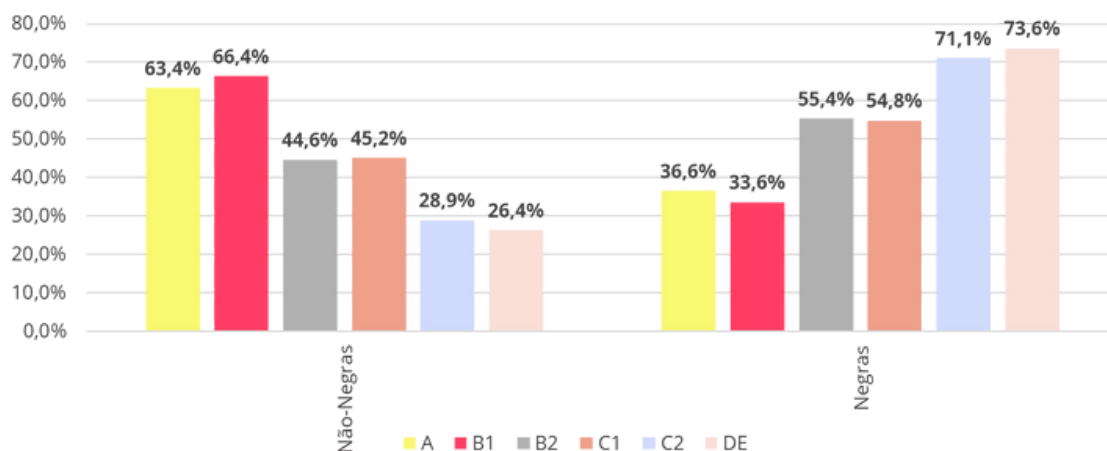
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

RESPONSABILIDADE PELO DOMICÍLIO E ARRANJO FAMILIAR

- **Cerca de 49% dos responsáveis pelo domicílio são mulheres e 51% são homens.** O estrato socioeconômico A concentra a menor proporção de mulheres responsáveis (33%) enquanto o estrato DE concentra a maior proporção (60%).
- Há mais **domicílios em que as mulheres são responsáveis e compartilham a responsabilidade (52,2%)** do que aqueles em que elas são responsáveis e não a compartilham com cônjuge ou companheiro(a) (47,8%). Entretanto o **maior número de domicílios nos quais a responsabilidade é compartilhada estão nos estratos de rendas mais altas.**
- **As mulheres responsáveis pelo domicílio concentram-se em arranjos monoparentais femininos (29,1%),** enquanto os homens responsáveis pelo domicílio são maioria nos arranjos de casais com filhos (41,5%).
- Além de localizarem-se em maior proporção nos estratos socioeconômicos inferiores, **72,6% dos domicílios com arranjos monoparentais femininos encontram-se sob a responsabilidade exclusiva de mulheres negras.**



Gráfico 2 - Distribuição das mulheres responsáveis pelo domicílio em arranjo monoparental feminino, por raça/cor e estrato socioeconômico. DF, 2021.



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF.

TRABALHO REMUNERADO



- No Distrito Federal, 51,9% das mulheres e 68,5% dos homens afirmaram estar trabalhando/ocupados.
- A taxa de desemprego das mulheres (14,5%) é de quase o dobro da taxa de desemprego masculina (7,7%) e 3,5 p.p. acima da taxa de desemprego da população total do DF (11%).
- A maioria das mulheres do DF encontra-se ocupada no mercado de trabalho formal (77,9%), enquanto uma menor proporção dessas encontra-se no mercado de trabalho informal (22,1%). Entretanto, ao se desagregar a análise por raça/cor, **a maioria das mulheres que estão ocupadas em postos do mercado de trabalho informal é negra (60,1%)**.
- As mulheres ocupadas da classe A estão alocadas em maior proporção nos setores produtivos de “educação, saúde humana e serviços sociais” e “administração pública, defesa e seguridade social”. Já **para as mulheres do estrato DE, o serviço doméstico é o setor que absorve a maior porção delas (30,3%)**.
- **O emprego doméstico remunerado**, além de concentrar as mulheres dos estratos de renda mais baixos, **é majoritariamente exercido por mulheres negras (72,8%)**.

TRABALHO NÃO REMUNERADO

- A proporção de mulheres que realizam alguma atividade doméstica no DF (90,9%) é superior à de homens (77,4%) .
- Os domicílios em que, na média, há uma demanda por mais horas semanais com afazeres domésticos são os que possuem crianças de zero a três anos de idade.
- As mulheres gastam, em média, quase cinco horas a mais do que os homens em afazeres domésticos.



SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

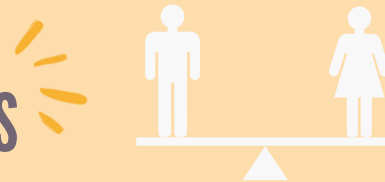


- A insegurança alimentar e nutricional atinge principalmente as mulheres responsáveis pelos seus domicílios e que estão em estratos socioeconômicos mais baixos.
- Na classe DE, cerca de 14% dos domicílios chefiados por mulheres encontram-se em situação de insegurança alimentar grave, 12% em insegurança alimentar moderada e 23% em insegurança alimentar leve.
- Entre as mulheres responsáveis pelo domicílio, mais de 70% das que estão em insegurança alimentar moderada ou grave são negras.



No geral, as **Regiões Administrativas** de Brazlândia, SCIA-Estrutural, Sol Nascente/Pôr do Sol e Varjão apresentam condições sociais mais desfavoráveis para as mulheres.

1-CONSIDERAÇÕES FINAIS



- As desigualdades de gênero no DF refletem disparidades entre homens e mulheres há muito constatadas em nível nacional e global. A pandemia retomou o debate sobre a feminização da pobreza[4], uma vez que as mulheres, sobretudo as responsáveis pelos seus domicílios, foram as mais vulnerabilizadas pela crise econômica e sanitária no país. Os dados aqui apresentados reforçam a necessidade de um olhar interseccional entre desigualdades de gênero, raça e classe.
- Trabalho remunerado e reprodutivo são igualmente fundamentais para o desenvolvimento social dos países. O fato de as mulheres usarem mais tempo que os homens com trabalho não remunerado as leva a jornadas de trabalho mais longas e exaustivas que, por sua vez, implicam menor uso de seu tempo para atividades de descanso, lazer, saúde e nutrição (CEPAL, 2004).
- Em 2021, como parte integrante do Plano Estratégico do Distrito Federal – PEDF - 2019-2060, o Governo do Distrito Federal (GDF) lançou o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres 2020-2023 (II PDPM)[5] a partir de demandas elencadas pelas próprias mulheres de áreas urbanas e rurais do Distrito Federal. O documento, que possui nove eixos de planos e metas, serve como guia para a elaboração e implementação de políticas públicas para essa população, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao Objetivo 5º da Agenda 2030 da ONU: "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas".

[4] Para um estudo sobre os diferentes usos desse conceito, ver: Maria Salet Ferreira Novellino. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu MG – Brasil, de 20- 24 de setembro de 2004.

[5] Essas mulheres, por sua vez, foram ouvidas e coletadas por meio de uma consulta pública online, realizada entre os dias 10 de março e 21 de abril de 2021, desenvolvida via parceria entre a Secretaria da Mulher do DF e o IPEDF. Contudo não houve participação de mulheres de duas RAs que apresentam pessoas em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, a exemplo de Fercal e Varjão.

2 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Entre os compromissos formalmente assumidos no II PDPM pelo GDF com a promoção da igualdade de gênero entre mulheres e homens, em toda a sua diversidade, encontram-se:
- Eixo 1: a Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica;
- Eixo 2: Educação para a Igualdade;
- Eixo 3: Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos;
- Eixo 4 – Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres;
- Eixo 5 – Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão;
- Eixo 6 – Igualdade para as Mulheres Rurais;
- Eixo 7 – Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia;
- Eixo 8 – Enfrentamento do Racismo, Sexismo, Lesbofobia e Transfobia;
- Eixo 9 – Igualdade para Mulheres Jovens, Mulheres Idosas e Mulheres com Deficiência.
- Não é à toa, o primeiro eixo norteador do plano se vincula ao trabalho e autonomia financeira das mulheres. O trabalho não remunerado e de cuidado sempre foi invisibilizado na sociedade brasileira. As mulheres seguiram realizando jornadas duplas de trabalho remunerado e não remunerado, ao mesmo tempo em que perdiam seus empregos e se deparavam com a fome e a informalidade, em um cenário global no qual multiplicaram-se as incertezas sobre a sua saúde, educação, segurança, bem como a de seus familiares e/ou filhos(as) (UNDP, 2022).
- Em maio de 2020, o DF implantou o programa Oportunidade Mulher, ofertando cursos na modalidade EaD e, mais recentemente, presenciais, a fim de “motivar, ampliar e oportunizar a autonomia econômica e o crescimento profissional” das mulheres”. Integrou, ainda, ao lado de outros seis estados, o projeto Cozinha e Voz, curso de gastronomia e poesia voltado para pessoas trans, sob a coordenação da SEJUS / DF (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF).

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Também, em 2020, o GDF criou o Observatório da Mulher, um portal online que concentra as principais estatísticas sobre a realidade das mulheres que vivem no DF, de forma transparente e envolvendo distintos órgãos e secretarias do governo distrital, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SMDF)[6].
- Há, ainda, outros programas de capacitação para fornecer melhores oportunidades de emprego e colocação no mercado de trabalho para as mulheres do DF, também a cargo da SMDF e de sua Subsecretaria de Promoção das Mulheres, ao lado de outras parcerias institucionais: “Ação Mulher no Campo”, criado em julho de 2021, para atendimento às mulheres de zonas rurais; “Mulheres Hipercriativas”, focado no empreendedorismo e baseado na economia criativa; “Mão na Massa”, que já capacitou 247 mulheres em situação de vulnerabilidade social e, nessa mesma direção, o “Programa Realize”, lançado em março 2022.
- É preciso, contudo, mapear e avaliar o funcionamento e ampliar o alcance desses programas, sobretudo nas RAs que concentram mulheres cis e trans extremamente vulneráveis social e economicamente e que, por limitações do plano à época, não foram ouvidas no II PDPM.
- Um outro ponto importante, considerando a inovação da PDAD 2021 com perguntas de gênero e sexualidade, é o entendimento mais abrangente e partindo transversalidade de políticas públicas de gênero (MARCONDES e FARAH, 2021).
- As políticas governamentais para reverter o cenário de recrudescimento das desigualdades de gênero devem ter um olhar especial para as pessoas mais afetadas pela divisão sexual do trabalho, que são as mulheres negras e pobres. Também precisam avançar campanhas e projetos de conscientização social mais amplos que, por um lado, desmistifiquem o trabalho reprodutivo como atribuição feminina e, por outro, forneçam auxílio e capacitação para as mulheres atingidas pelo desemprego e a informalidade.

[6] Cf. <https://www.mulher.df.gov.br>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **II PDPM.** Plano Distrital de Políticas para as Mulheres. SEMDF - Distrito Federal, 2021.
- BAHN, Kate & COHEN, Jennifer & RODGERS, Yana. **A Feminist Perspective on COVID-19 and the Value of Care Work Globally.** Gender Work and Organization. 27. 695-699, 2020.
- **CEPAL.** Género y Pobreza. Naciones Unidas, 2004.
- MARCONDES, Mariana Mazzini e FARAH, Marta Ferreira Santos. Transversalidade de gênero em política pública. **Revista Estudos Feministas** [online], v. 29, n. 1 2021.
- **UNDP.UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME.** Human Development Report 2021/2022. Uncertain Times, Unsettled Lives: Shopping our Future a Transforming World. 2022.

FICHA TÉCNICA

Supervisão da pesquisa

Acsa Rodrigues Ferreira Guimarães – Coordenadora de Estudos e Pesquisas
Quantitativas de Políticas Sociais

Participação na pesquisa

Daienne Amaral Machado – Diretora
Acsa Rodrigues Ferreira Guimarães – Coordenadora
Madalena Gonçalves Castro – Pesquisadora bolsista

Redação do estudo

Madalena Gonçalves Castro – Pesquisadora bolsista

Elaboração do sumário executivo

Madalena Gonçalves Castro – Pesquisadora bolsista

